

*Narrativas exemplares:
Novos impérios que as vozes tecem em
caravelas de papel*

Paulo Motta Oliveira
UFMG

Um corpo mutilado

Os deuses, não existindo mais, e o Cristo não existindo ainda, houve, de Cícero a Marco Aurélio, um momento único em que só existiu o homem.¹

Ao ser convidado para escrever sobre “Narrativas portuguesas e resistência colonial” fiquei a pensar: eu, que com frequência visito esse tempo que poderia ter como balizas a fuga da família real de um lado e os primeiros anos da república por outro, ou, em termos literários, as obras de Almeida Garrett e Fernando Pessoa, em que poderia contribuir para essa discussão? Com certeza muito pouco, se aqui pensarmos em “resistência colonial” com o significado que habitualmente o termo possui. Mas, pensei, “resistência” pode ter outros sentidos. E foi a partir da polissemia do termo que surgiu a idéia que, como fio de Ariadne, vai aqui unir este texto. Não falarei propriamente, e nem o poderia, de colônias que resistem a um domínio que as oprime, mas, invertendo os termos, de certas formas como a imagem de colônia sobreviveu em obras literárias de um tempo em que, apesar de existirem, não existiam colônias. Explico-me.

Eduardo Lourenço, em seu “Psicanálise mítica do destino português” afirma: “Quinhentos anos de *existência imperial* (...) tinham de transformar *radicalmente* a imagem dos

Portugueses não só no espelho do mundo mas no nosso próprio espelho. Pelo *império* devimos *outros*?²

Em outro momento do mesmo texto, considera:

O Brasil, como a Índia durante uma época, como a África no final, acrescentavam-se, na imaginação do português culto (e por contágio nos outros) ao pequeno país para lhe dar *uma dimensão mágica* e através dela se constituírem como espaços compensatórios. Potencialmente um “grande país” (...) economizávamos o penoso dever de palpar a nossa pequenez.³

Em seu texto, Lourenço virá a falar, em seguida, da perda das colônias após o 25 de abril e das conseqüências disto. Gostaria de seguir outro caminho, e notar que se Índia, Brasil e África serviram para acrescentar à *pequena casa lusitana* um corpo imaginário com que recobriu a sua própria pequenez, houve um tempo, bem antes da Revolução dos Cravos, em que Portugal teve de palpar seus ossos e perceber a ausência das carnes com que magicamente se cobria. Período – que, podemos pensar, levou quase um século – em que o Brasil não mais existia, e a África ainda não havia sido criada enquanto *colônia*. Não por acaso, em outro texto deste seu mesmo livro, Lourenço, ao falar *da literatura como interpretação de Portugal*, construirá um vasto painel que se inicia com Garrett e finda em Pessoa. É neste *longo século XIX à portuguesa*, cicatriz aberta pela amputação de parte de um corpo ainda não substituída, que transitaremos. Nesse século, que começa tardiamente em 1807, e finda, poderíamos supor, em 1926, quando o pesadelo que fora o sonho republicano é destruído, século em que a questão da *miséria portuguesa* ganha contornos catastróficos, buscaremos algumas tentativas simbólicas de resolver esta amputação.

E começaremos em 1924, quase no final do período que aqui estamos tratando. Nesse ano, em uma revista brasileira herdeira de *A Águia, Terra de Sol*, encontraremos dois trechos que poderão servir de mote para nossas reflexões. O primeiro é de Álvaro Pinto, um dos diretores dessa revista, que havia emigrado de Portugal e trasladado, para os trópicos, a sua tipografia:

Portugueses e brasileiros querem-se e estimam-se intimamente. Zangam-se, de vez em quando, como dois irmãos que não podem viver um longe do outro. Mas não façamos desses arrufos motivos dramáticos de grandes cenas. O Brasil tem diante de si um futuro brilhantíssimo. Portugal pode voltar a ser uma grande potência (...). Afastemos portanto, pequenas rixas e pensemos a sério em que “Estados Unidos do Brasil” com “Estados Unidos de Portugal” constituiriam a mais poderosa aliança dum lado ao outro do Planeta.⁴

O outro trecho, quase no mesmo tom, é de um artigo de Carlos Selvagem:

É necessário abolir de vez, entre os dois povos atlânticos, fronteiras de pensamento e de mentalidade. (...).

No dia em que este formoso sonho se torne realidade, ter-se-á feito a grande unidade moral de que tanto carecemos todos nós, portugueses e brasileiros. Sejam embora divergentes as suas finalidades políticas, uma nova e grande potência moral se terá constituído no mundo *ad majorem gloriam* da Civilização.⁵

Seja a *mais poderosa aliança dum lado ao outro do Planeta* de Pinto, seja a *nova e grande potência moral* de Selvagem, estamos diante do desejo de outro tipo de união, em que a parte amputada, para seguirmos com nossa metáfora, possa de novo ser conectada, através de outras suturas, ao corpo de que fazia parte.

Dos rastros dessas novas conexões a literatura portuguesa oitocentista está prenhe. Talvez a mais evidente manifestação disto seja a multidão de brasileiros que a percorre, dos quais os ricos torna-viagem, estes seres um pouco vis, vítimas contumazes da ironia do narrador camiliano, ou o brasileiro que, habitando Paris, retorna a Portugal nas páginas de *O Primo Basílio*, são bons exemplos. Mais significativa, porém, destas *novas uniões* parece-me a forma como a colônia fertiliza e metamorfoscia duas seculares famílias portuguesas, em duas obras aparentemente díspares de que iremos aqui tratar: *A queda dum anjo* e *Os Maias*.

Discursos pouco amorosos, mas muito eficazes

*Olha que coisa mais linda
Mais cheia de graça
É ela menina
Que vem e que passa
Num doce balanço, a caminho do mar*

Já em outro momento tratei de alguns aspectos de *A queda dum anjo* que gostaria de aqui, brevemente, retomar⁷. Nesse romance encontramos alguns procedimentos comuns às narrativas camilianas, que decorrem do narrador se assumir enquanto Camilo Castelo Branco e afirmar a veracidade da história que narra, apresentando-se, assim, como alguém mais próximo de um cronista do que, propriamente, de um romancista⁸. Essa postura coloca todo o discurso narrativo – que parece ser onisciente – sob suspeita. A narrativa, em função das suas condições de produção, é, necessariamente, parcial. Mais parcial ainda, neste livro, se percebermos que uma série de elementos mostram uma grande proximidade entre Calisto Eloi e Camilo: ambos vivem um amor não sacramentado, com Ifigênia e Ana Plácido; o ano da *queda* do morgado da Agra de Freimes, 1859, é o mesmo em que Ana Plácido abandonou o seu marido, para viver com Camilo; no presente da narrativa, 1864, ambos os casais possuem dois filhos ilegítimos⁹.

O que importa salientar não é a proximidade biográfica em si, mas que faz parte da própria estrutura desse livro a simpatia que o narrador deveria sentir por seu protagonista, o que poderia levar a voz narrativa a, talvez de forma não consciente, contar uma história que não seria, de fato, verdadeira. As pistas para a suspeita existem no livro, da mesma forma como existem os indícios para que o leitor desconfiado tenha acesso a uma outra versão.

Se não temos aqui o tempo necessário para indicar todas as pistas, gostaria apenas de notar que Calisto, *antes de conhecer Ifigênia*, mas já a sabendo bela e viúva, pretende agradá-la, e prepara para o primeiro encontro de ambos a sua salta, transformando-a “em recinto digno de uma Ponce de Leão”¹⁰.

Em outro momento, quando já são amantes e freqüentam o teatro, temos o trecho:

Numa dessas noites, estava na frisa fronteira à de Calisto a família Sarmento. Adelaide não despregava o óculo de Ifigênia (...).

Calisto exultava de delícias incomparáveis. Era a vingança, a carapinhada dos deuses num meio de Julho, a vingança de amador menoscabado.¹¹

Podemos perceber de que é feito o *amor* de Calisto, tão insistentemente afirmado pelo narrador. Já em relação ao amor de Ifigênia, a que o narrador dedica o título de um capítulo – “E ela amava-o!” – devemos notar que existe uma enorme distância entre a feliz amante de Calisto do fim do livro e a viúva que pela primeira vez se apresentou a seu *primo*. Esta havia dito frases como “envolvi meu coração na mortalha de meu marido, no túmulo dele o fechei”, e “[abjurei a todas as alegrias do coração] que não condigam com a minha situação de viúva”¹². Como podemos notar, a última Ifigênia teve de *transigir* com esses valores morais para atingir a *felicidade*. Se essa distância já seria um indício das características não explicitadas dessa personagem, um trecho, no final do penúltimo capítulo do livro, poderá levar o leitor a perceber muito mais do que vem escrito:

O barão esperava que a mulher morresse, para legitimar os seus meninos (...).

A baronesa, que, digamo-lo depressa, não rejeitou o título do marido, esperava que o marido se aniquilasse na perdição dos seus costumes, para também legitimar o seu Barnabé (...).¹³

Ora, o *amor* entre Teodora e Lopo era o amor entre um anjo que também caiu – a esposa de Calisto – e que pretendia, em certo sentido, se vingar de seu marido, e um primo interesseiro que, sem dinheiro, seduziu-a para poder viver graças à fortuna dela¹⁴. Na equivalência final entre as situações de Calisto e Teodora, não é difícil perceber que as situações dos dois casais são simétricas: também entre Calisto e Ifigênia temos um amor entre primos, um rico e o outro pobre, e um desejo de vingança. Assim, sem nada ser explicitamente dito, ficamos a pensar se por trás da pele de uma cândida Ifigênia, não existiria também uma espécie de lobo que precisa, para sobreviver, do dinheiro de seu primo. Os dois *primos pobres* da trama terminam, curiosamente, como amantes dos *primos ricos*, constituindo com esses uniões que, se não são *sacramentadas*, são muito próximas de um casamento.

Podemos, agora, perceber em que medida esse livro de Camilo propõe uma curiosa imagem das relações entre Brasil e Portugal. Na união entre Calisto e Ifigênia –essa sedutora brasileira que desembarca em Portugal em busca de proteção – se, por tudo que dissemos, não existe amor, existe ao menos uma espécie de troca de favores, uma espécie de simbiose, benéfica para ambos. O Brasil surge aqui como o espaço de onde podem vir belas brasileiras, dependentes, interesseiras, mas capazes de adubar uma raça ainda rica, mas sem descendentes. Não teríamos aqui um Portugal que, sem o Brasil, não teria como engendrar a sua permanência? Mas não teríamos, também, um duplo discurso, que apontaria que a relação entre os dois países, se aparentemente poderia ser amorosa, como o narrador afirma ser a de Ifigênia e Calisto, de fato só poderia se pautar por interesses mais mesquinhos e concretos? Calisto, que graças a Ifigênia pôde completar a sua metamorfose de um anacrônico morgado em homem do século XIX, não indicaria um caminho possível, necessário, para que Portugal *pudesse fazer parte da Europa culta*? Tudo o que dissemos parece indicar que sim. E creio que com toda a ironia que perpassa esse livro estamos diante de uma resposta precisa para um país que, desesperadamente, precisa de uma outra pele que recubra a sua pele. Resposta que, com certeza, só mostra a genialidade desse escritor, muitas vezes tão menosprezado. E que nos permitirá estabelecer um diálogo com esse outro gênio da narrativa oitocentista portuguesa que é Fça de Queirós.

Tanto mar para tão pequena janela

Vitorino Vaz de Caminha, assim se chamava, era um homem notável, nascido na Bahia, mas que preferiu após a independência do Brasil continuar português em terra de Angola.¹⁵

Gilberto Freyre assim inicia o primeiro artigo do *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*:

Parece-me significativo o facto de que o romance considerado por alguns críticos e por muitos leitores de Eça sua maior e melhor obra – *Os Maias* – seja como uma biografia da casa portuguesa – castiçamente portuguesa; mas ao mesmo tempo voltada ávida ou gulosamente para o mar, para a Europa, para o Universo. É certo que os edifícios levantados ao redor do Ramallete foram roubando aos olhos dos moradores, a vista do mar, outrora esplêndida. Certo que o olhar da gente do Ramallete acabou só podendo ver de horizonte a princípio tão cheio de sugestões ultramarinas aquela “estreita tira de água e monte que se avistava entre dois prédios de cinco andares separados por um corte de rua”¹⁶

A vista outrora esplêndida, agora reduzida a uma estreita tira de água. Mas, apesar da evidente *queda*, Afonso da Maia ainda terminou, após um inicial desconsolo, “por lhe descobrir um *encanto íntimo*. Era como uma tela marinha (...) mostrando, nas variedades infinitas de cor e luz, os episódios fugitivos d’uma *pacata vida de rio*”¹⁷

Assim a casa portuguesa, mais de meio século depois de ter perdido o Brasil, - devemos notar que essas cenas ocorrem em 1875 - gulosamente observa o mar através de uma estreita nesga. A vista, que fora esplêndida, grandiosa, tem agora *um encanto íntimo*. O porto de onde partiam naus que epicamente descobriam mundos, apresenta agora *uma pacata vida de rio*.

Mas a relação entre a casa e o mar não é, nem o podia ser, encantada ou pacata. O aparente bucolismo da cena de fato encobre uma relação problemática com aquilo que vem do outro lado do mar. Se aqui não temos uma brasileira, temos, de início, a *negreira* Maria de Monforte, e seu pai que comandara o brigue *Nova Linda*, e levara “cargas de pretos para o Brasil, para a Havana e para Nova Orleans” e que “arrancara uma fortuna da pele do africano”¹⁸. E teremos, depois, Maria Eduarda, que surgirá em Portugal com o título de esposa do brasileiro Castro Gomes.

Será a primeira Maria que arrancará o beato Pedro de seu isolamento, e que dará uma descendência à casa dos Maias. Aqui, diferentemente do outro livro, existe amor. Um doído e abundante amor do jovem Pedro, que transforma uma criatura que *mesmo para amante seria má devido ao pai que tem*, como notará Afonso da Maia, em sua esposa. O pai de Maria, que teve suas mãos sujas por um tipo de comércio que foi fundamental para o império português, e o pai de Pedro, fidalgo cujos ancestrais participaram de Aljubarrota, podem ser vistos como as duas faces de um país cindido.

Mas Maria, mais viril que seu marido, seguirá os ditames de sua paixão, e fugirá, como o sabemos, com um jovem italiano. E Pedro voltará ao pai, destruído, impotente, preparado para o suicídio que pouco de pois se seguirá:

Afonso da Maia ficou diante do filho, quedo, mudo, como uma figura de pedra; e a sua grande face (...) enchia-se, pouco a pouco, de uma grande cólera. Viu, num relance, o escândalo, a cidade galhofando, as

compaixões, o seu nome na lama. E era aquele filho que, desprezando a sua autoridade, ligando-se a essa criatura, estragara o sangue da raça, cobria agora a sua casa de vexame.¹⁹

O sangue da raça pode ter se estragado, mas a raça continuou. E, anos depois, no que poderia ser considerado como uma aparente alegoria do beco sem saída em que se encontrava esse Portugal que se dobra sobre si em busca de uma impossível solução, teremos o encontro interdito entre Carlos Eduardo e sua irmã. Curiosa irmã, camaleão de múltiplas faces, que em trajes dignos de um bom folhetim romântico, inicialmente é tida como morta, depois surgirá em Portugal como a esposa do brasileiro Castro Gomes, também ela brasileira, e terminará a narrativa prestes a, em nova metamorfose, se transformar em “Madame de Trelain, uma senhora francesa”. Se o sangue da raça havia degenerado com Maria de Monforte, será apenas o lado feminino, o que mais contatos manteve com Maria, que terá descendência: Rosa. No fim do livro, ao lado do estéril e solteiro Carlos, a casa dos Maias poderá continuar graças a Maria Eduarda, mesmo que já com outro nome.

Curiosa construção, em que o lado feminino de uma família, abastardado, menos nobre, com relações evidentes com a ex-colônia, consegue se desenvolver e procriar. Enquanto o lado masculino, criado em quintas e em casas senhoriais, está fadado ao desaparecimento. Retomando Freyre, poderíamos dizer que se *Os Maias* é a biografia da casa portuguesa, acaba por se transformar na biografia de um desmoronamento. A casa, como o velho Afonso, desaba. A casa, com a sua estreita vista para o mar, não consegue sobreviver. Em seu lugar surge uma outra morada, menos castiça e nobre, com amplas e múltiplas relações com esse mar que já foi português, com as mãos sujas dos negreiros e a fala carregada dos brasileiros. Essa outra casa impura, *d'espírito largo, desembaraçado de prejuízos, duma benevolência quase misericordiosa*²⁰, poderá sobreviver. E essa casa poderá mesmo – como ocorreu com o transformado Calisto e ocorre neste livro com essa Maria Eduarda, que conseguiu ser muitas – *fazer parte da Europa culta*, ser efetivamente francesa, situada, ao mesmo tempo, na Europa e fora dela, no centro e em várias periferias.

Narrativas exemplares

Narrativas portuguesas construídas em um momento em que as bases de uma existência secular haviam desaparecido. Propostas utópicas de novas uniões, talvez espúrias e práticas, mas eficazes. Para um país habituado a cantar “as armas e os barões assinalados”²¹, mulheres que sobrevivem ou que possibilitam modificações, que atravessam oceanos, como Ifigênia, ou navegam por diferentes culturas, como as duas Marias. Para um país que aprendera que, para entrar “outra vez na comunhão da Europa culta” era necessário “quebrar resolutamente com o passado”²², propostas em que é um novo diálogo com aquilo que não é Europa, mas que já foi Portugal, que pode permitir uma reescoberta da Europa, a criação de um novo espaço português. Narrativas de resistência, pois tentam construir saídas, mesmo que utópicas, para uma nova “apagada e vil tristeza”²³. Narrativas escritas quando “cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez”. E ainda faltava “cumprir-se Portugal”²⁴.

Notas

¹ FLAUBERT, Apud. YOURCENAR, 1980, p.293.

² LOURENÇO, 1978, p.41

³ LOURENÇO, 1978, p. 44.

- ⁴ PINTO, set.-out. 1924, p.520. Sobre as relações entre **Terra de Sol** e **A Águia** ver OLIVEIRA, 1999 (b).
- ⁵ SELVAGEM, dez. 1924, p. 334.
- ⁶ JOBIM, MORAES, 1988.
- ⁷ Cf. OLIVEIRA, 1999 (a).
- ⁸ Já Aníbal Pinto de Castro analisou essa característica de certos romances de Camilo. Em relação, especificamente, a **A Queda dum Anjo**, ver CASTRO, 1995, p.57-60.
- ⁹ O primeiro filho *natural* de Camilo e Ana Plácido, Jorge, nasceu em 28 de junho de 1863, e o segundo, Nuno, em quinze de setembro de 1864.
- ¹⁰ CASTELO BRANCO, s.d., p. 128.
- ¹¹ CASTELO BRANCO, s.d., p. 177.
- ¹² CASTELO BRANCO, s.d., p. 137.
- ¹³ CASTELO BRANCO, s.d., p. 195.
- ¹⁴ É paradigmática do caráter de Lopo a cena, no final do capítulo XXIX, em que ele convence Teodora de que sempre a amou, e que todos os desatinos que cometeu ocorreram por causa desse amor. Cf. CASTELO BRANCO, s.d., p. 160-165.
- ¹⁵ AGUALUSA, 2000, p.37.
- ¹⁶ FREYRE, 1945, p.23.
- ¹⁷ QUEIRÓS, 1945, vol. I, p.12.
- ¹⁸ QUEIRÓS, 1945, vol. I, p.30-31.
- ¹⁹ QUEIRÓS, 1945, vol. I, p.58.
- ²⁰ São essas as palavras com que Carlos se refere ao futuro marido de Maria Eduarda.
- ²¹ CAMÕES, 1982, p.23.
- ²² QUENTAL, 1982, p.294.
- ²³ CAMÕES, 1982, p.298.
- ²⁴ PESSOA, 1986, p.78.

Referências Bibliográficas

- AGUALUSA, José Eduardo. **Nação Crioula**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.
- CAMÕES, Luís de. **Os lusíadas**. 5ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.
- CASTELO BRANCO, Camilo. **A queda dum anjo**. Porto: Anagrama, s.d .
- CASTRO, Aníbal Pinto de. **Narrador, tempo e leitor na novela camiliana**. Vila Nova de Famalicão: Centro de Estudos Camilianos, 1995.
- FLAUBERT, Gustavo. Apud. YOURCENAR, Marguerite. Caderno de notas das **Memórias de Adriano**. **Memórias de Adriano**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- FREYRE, Gilberto. *Lusitanidade e Universalidade de Eça de Queiroz*. In: PEREIRA, Lúcia Miguel e REYS, Câmara. **Livro do Centenário de Eça de Queiroz**. Lisboa-Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945. p.23-30.
- Jobim, Antonio Carlos, MORAES, Vinícius. **Garota de Ipanema. A Arte de Tom Jobim**. São Paulo: Polygram, 1988.
- LOURENÇO, Eduardo. **O labirinto da saudade**. Lisboa: Dom Quixote, 1978.
- OLIVEIRA, Paulo Motta *Nótulas acerca do Brasil em dois romances camilianos*. **Estudos Portugueses e Africanos**, Campinas, n.33-34, p.99-111, 1999 (a).
- OLIVEIRA, Paulo Motta. *Terra de Sol: entre Portugal e a América*. IN: MACIEL, Maria Esther, ÁVILA, Myriam, OLIVEIRA, Paulo Motta (Org). **América em movimento**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1999 (b). p. 235-255.
- PESSOA, Fernando. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986.

- PINTO, Álvaro. Portugal-Brasil. **Terra de Sol**, Rio de Janeiro, v.3, n.9, p.513-521, set.-out. 1924.
- QUEIRÓS, Eça de. **Os Maias**. Porto: Lello & Irmão, 1945.
- QUENTAL, Antero. **Prosas sócio-políticas**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.
- SELVAGEM, Carlos. **Carta de Portugal**. Rio de Janeiro, v.4, n.11-12, p. 327-334, dez. 1924.